

Lei que cria municípios vai à votação logo

Proposta que devolve ao Estado direito de desmembrar cidades será votada semana que vem na Comissão de Justiça do Senado

MARCOS ROSETTI
DE BRASÍLIA

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 13, que devolve aos estados a competência para a criação de novos municípios, está programada para ser votada na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Se depender dos senadores capixabas, a proposta vai ser arquivada. É que dos três parlamentares do Espírito Santo na Casa, só Gerson Camata (PMDB) se mostrou favorável.

Renato Casagrande (PSB) e Magno Malta (PR) são contrários à proposta que, se aprovada na Câmara e no Senado, poderá abrir brecha à criação de 12 novas cidades só no Espírito Santo. No Brasil, serão mais de 600.

Os defensores da PEC alegam que a maioria das emancipações deu certo no Estado e que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos ex-distritos até cresceu, resultado que não pôde ser comprovado em outros estados.

Segundo Camata, cidades como Marilândia, Marechal Floriano, Governador Lindenberg, Vila Pavão, Vila Valério, Brejetuba e Venda Nova do Imigrante prosperaram após a emancipação.

Para Casagrande, há o perigo

da “farra das emancipações” para atender aos pleitos políticos. O socialista diz que o Estado não pode ser exemplo para o País, onde a maioria dos municípios criados não deu certo.

Ex-prefeito de Vitória, o deputado federal Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) entra na discussão com uma proposta ainda mais arrojada.

Ele defende que a Grande Vitória seja formada por até 15 prefeituras, contesta o atual modelo de município e diz que, quando o projeto chegar à Câmara dos Deputados, ele vai apresentar emendas.

Autor do livro “Qualidades – Poder Local e Qualidade na Administração Pública”, o ex-prefeito afirma que a crise atual tem suas origens no fato de que o Brasil começou com um governo central, que subdividiu o País em capitâncias hereditárias. “Hoje, o bom prefeito é aquele que é amigo do governador”, contou.

Luiz Paulo lembra que são 5.700 municípios. “Mas elas têm identidade cultural, social e econômica diferentes. O município é ruim para região metropolitana. Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica são uma só cidade, uma supercidade. Dentro delas existem outras, como Jacaraípe, Campo Grande, Barra de Jucu e Manginhos”, comparou.



O senador Renato Casagrande alerta para o perigo da “farra das emancipações”

O QUE DIZEM OS SENADORES CAPIXABAS

A FAVOR



✚ **Gerson Camata (PMDB)** – Vota a favor da proposta e defende que a criação dos municípios seja por meio de lei estadual. O parlamentar lembra que a União não deve interferir nessas questões.

“A maioria das emancipações foi boa para o Estado. Em Governador Lindenberg, que saiu de Colatina, um terreno já está mais caro do que em Vitória”, comparou.

Segundo o peemedebista, São Roque e Marechal Floriano, que se emanciparam de Santa Teresa e Domingos Martins, respectivamente, têm hoje melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

CONTRA



✚ **Renato Casagrande (PSB)** – Avalia que a proposta “flexibiliza muito” e pode permitir a volta da criação irresponsável de municípios, muitas vezes para atender aos pleitos políticos.

Ele diz que o Espírito Santo não pode servir de exemplo, nesse caso, pois é um estado menor, apesar da maioria das emancipações terem dado certo.

“É preciso tomar cuidado. Já estão querendo criar o estado do Maranhão do Sul. Temos de ter cautela. A lei será para todos os estados. Serão mais 600 novos municípios”, contabilizou.

CONTRA



✚ **Magno Malta (PR)** – O parlamentar afirma que está analisando a PEC, mas diz que a princípio é contra. Para ele, o Brasil não está em condições de aumentar os gastos com novas unidades administrativas.

O senador defende que o País concentre todos os esforços para combater a violência e a insegurança, que são problemas prioritários da população.

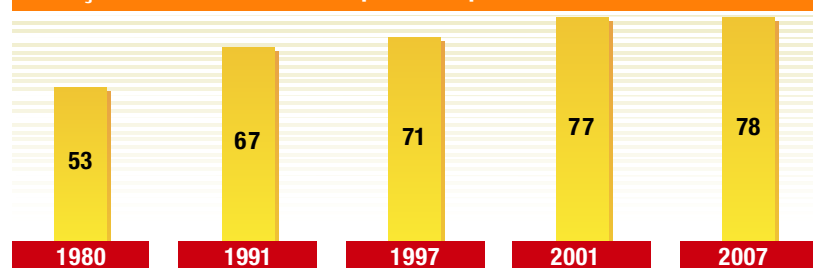
Malta informou que a sua tendência é a de votar contra a proposta que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da qual ele é membro titular.

EMANCIPAÇÕES NO ESTADO

(DE 1991 A 2001)

Novo município	Município de origem
Brejetuba	Afonso Cláudio
São Domingos do Norte	Colatina
Marechal Floriano	Domingos Martins
Irupi	Lúna
Marataízes	Itapemirim
Sooretama	Linhares
Vila Valério	São Gabriel da Palha e Linhares
Ponto Belo	Mucurici
Vila Pavão	Nova Venécia
São Roque do Canaã	Santa Teresa
Governador Lindenberg	Colatina

Evolução do número de municípios no Espírito Santo



Fonte: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)

Ministro participa da posse de Carlos Casteglione terça-feira

MARCOS SALLES/ARQUIVO



Casteglione será secretário

O deputado estadual Carlos Casteglione (PT) vai deixar a Assembléia Legislativa na próxima terça-feira, dia 20, para tomar posse à frente da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

A posse acontece às 10 horas, no Palácio da Fonte Grande, no centro de Vitória, e deverá contar com a presença do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias.

“A vinda do Patrus é uma demonstração de carinho dele comigo e com o Espírito Santo”, disse Casteglione.

O petista ainda está conhecendo a secretaria e, antes da posse, deverá ter uma reunião com a secretária que deixa a pas-

ta, Vera Nacif.

“Estou estudando um relatório de gestão da pasta para conhecê-la melhor. Devo ter uma conversa com a secretária, pois nós dois queremos uma transição tranquila”, argumentou.

A licença por tempo indeterminado de Casteglione deve ser publicada na terça-feira. Depois disso, o seu suplente, o vice-prefeito da Serra, Sargento Valter (PSB), já poderá assumir a vaga de deputado.

Casteglione vai compor o governo depois de uma polêmica dentro do PT. O diretório do partido decidiu, ano passado, que a legenda apoiaria o governo, mas sem ocupar cargos. No último dia 11, o partido voltou atrás.